

PEDAGOGIA DO MERCADO: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO EDUCADOR AMBIENTAL

Samara dos Santos Pimentel¹

Rafael Ribeiro Pimentel²

Resumo: A sociedade possui informações acerca da crise ambiental pela qual passa, entretanto, as informações não são capazes de mudar a estrutura social. O texto aponta, como um dos responsáveis por essa incapacidade, a formação escolar imersa na Pedagogia do Mercado, e a articula com desafios postos à formação do Educador Ambiental. Alinhava o texto os princípios formativos da proposta formativa para educadores ambientais nomeada ComVivência Pedagógica, construída pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade. Essa proposta formativa oferece uma experiência vivencial radical, que desloca o sujeito em formação de seu cotidiano e permite a superação dos automatismos em que se encontra.

Palavras-chave: Educação; Ambiente; Formação.

Abstract: Society has information regarding the ongoing environmental crisis; however, this information is not capable of promoting a change in the social structure. The text indicates that the school training immersed in the Market Pedagogy is one of the reasons of this inability and articulates it with the challenges posed to the training of environmental educators. The text outlines the formative principles of the training proposal to environmental educators named “ComVivência Pedagógica”, created by the Group of Study and Research in Environmental Education, Diversity and Sustainability. This training proposal offers a radical practical experience that moves the training individuals from their daily life and allows them to overcome the automatisms in which they are submerged.

Keywords: Education; Environment; Training Evolution.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: samara@ufrj.br,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3080371799463657>

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: rafaelribeiro@ufrj.br,
Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9300062454013814>

Introdução

Nos interessa, nesse texto, a reflexão crítica acerca da Pedagogia do Mercado, a relacionando com desafios postos por ela à formação do educador ambiental crítico.

Falamos a partir de uma análise acerca da Proposta Formativa para Educadores Ambientais denominada ComVivência Pedagógica, que está sendo construída, desde o ano de 2014, por membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade - GEPEADS, que atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ desde 03 de outubro de 2003.

A ComVivência Pedagógica traz em seu cerne a compreensão da urgência na transformação social, pois carrega em si o entendimento da insustentabilidade, já incontestável, do modo de vida da sociedade moderna tecno-capitalista.

Orientando a ComVivência Pedagógica, encontramos cinco princípios formativos³: Postura Conectiva; Reflexão Crítica; Intencionalidade Transformadora; Indignação Ética e Desestabilização Criativa.

A postura conectiva é aquela capaz de juntar o que foi disjunto pelo pensamento alicerçado no paradigma moderno ainda dominante atualmente. O paradigma moderno, como é colocado por diversos autores (Morin, Santos, Boff, entre outros) induz à separação, à disjunção. Uma das mais perigosas e nefastas separações é a separação entre o ser humano e a natureza, pois que é uma separação impossível, visto que somos natureza. Esse simulacro de separação, ser humano-natureza, adocea a sociedade. Somos seres naturais, somos natureza e é impossível nos separarmos de nós mesmos, sem que essa tentativa nos adocea.

A reflexão crítica nos auxilia a superar os pensamentos superficiais, criando possibilidades de questionamentos acerca do estabelecido socialmente. Entendemos que a crise socioambiental não será superada por ações irrefletidas, assentadas em um ativismo raso e que tendem ao rápido esquecimento e diluição. Consideramos a reflexão crítica um nascedouro de novas possibilidades de insurgências coletivas capazes de mudar o curso da sociedade.

Um outro princípio formativo, componente da proposta ComVivência Pedagógica, é a intencionalidade transformadora, entendida como o potencial existente, por vezes adormecido, característico dos seres humanos, de, por meio da reflexão crítica que constrói questionamentos, propor/executar ações transformadoras na sociedade.

³ Esses princípios estão bem estruturados na dissertação de mestrado de Sofia Eder, defendida em 2021 e na tese de doutorado de Noeli Borek Granier, defendida em 2022, ambas pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFRRJ e sob a orientação do Professor Mauro Guimarães

A indignação ética, conforme entendemos na ComVivência Pedagógica, nada se aproxima de atos violentos e coléricos, mas é aquela que move as pessoas para ações transformadoras, é a não aceitação do estabelecido, quando esse estabelecido é injusto e doente.

Desestabilização criativa é um princípio formativo que propõe a desconstrução dos padrões da sociedade moderna para facilitar a elaboração de padrões alternativos que sustentem a vida no planeta de uma forma mais saudável e harmoniosa.

Salientamos que o princípio formativo que alinhava esse texto é o da reflexão crítica, entendida como na proposta formativa para educadores ambientais ComVivência Pedagógica, como aquela capaz de suscitar questionamentos acerca do estabelecido socialmente, de uma forma complexa e profunda, auxiliando na formação do sujeito conhecedor de seu condicionamento e de seu inacabamento (Freire, 1996: p.55), e que se descobre capaz de compor, com o coletivo, a transformação social necessária à sustentabilidade socioambiental.

Retornaremos aos princípios formativos da ComVivência Pedagógica no penúltimo item desse texto, e ressaltamos que embora o texto seja alinhavado pelo princípio formativo denominado reflexão crítica, os outros princípios serão abordados sempre que puderem contribuir para o desenvolvimento da discussão em pauta.

Importante, para a compreensão do texto, frisarmos que entendemos por Pedagogia do Mercado aquela elaborada e explicitada por Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos, em seu livro: *Pedagogia do Mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*, lançado em 2012 pela editora Ibis Libris.

A Pedagogia do Mercado não é somente aquela que se traduz pela oferta da formação educacional pelas instituições privadas, nas quais a educação é entendida como um produto, assim como tantos outros, sujeitos à comercialização. Entendemos, assim como Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos, como a assimilação da ideologia mercantilista em todas as fases do processo do sistema educacional, sendo privado ou público. Essa assimilação pode ser encontrada desde a gestão das escolas até as metodologias, conteúdos e formatos de avaliação.

A Pedagogia do Mercado se desenvolve no Brasil como uma resposta às exigências da sociedade capitalista, globalizada e estratificada, orientada pelos interesses do grande capital, ou seja, aqueles que levam ao crescimento econômico, mantendo as desigualdades econômico sociais, tendo em vista que essas desigualdades o retroalimentam.

Uma das características do capitalismo dependente que observamos no Brasil, é a pseudonecessidade de se entender a natureza como recurso a ser subjugado pelo poder do capital, desresponsabilizando aqueles que assim agem de quaisquer efeitos danosos que essa subjugação possa gerar para a sociedade. Segundo Leher “Este padrão de acumulação requer a permanente

depleção dos recursos naturais e a sistemática política de exploração do trabalho" (Leher, 2010: p.31) (grifo nosso).

A Pedagogia do Mercado conforma as pessoas para a passividade e para a competição. Consideramos o binômio passividade/competitividade, que pode ser interpretado como contraditório, como sendo complementar na orientação da Pedagogia do Mercado, pois direciona os indivíduos à passividade diante das desigualdades sociais e a competitividade frente a um mundo do trabalho que não oferece oportunidade para todos.

Ousamos afirmar que a maior parte da sociedade formada com as orientações dessa pedagogia não desenvolve a sensibilidade indispensável para fazer parte na busca por soluções para as questões socioambientais que se apresentam cada vez mais urgentes e complexas.

Entretanto, apesar de reconhecer as dificuldades que uma sociedade orientada pelos interesses do grande capital impõe à formação dos educadores ambientais críticos, pensamos nosso trabalho dentro de uma perspectiva da utopia possível, uma vez que as pessoas que compreendem a insustentabilidade do sistema social que nos rege, são capazes de, coletivamente, pensarem e construírem um futuro que sustente a vida no planeta, tendo em vista que, o que já foi um dia pensado impossível, em outros tempos foi construído por pessoas benficiamente subversivas.

Pedagogia do Mercado

Com o estabelecimento do capitalismo como sistema econômico social dominante, surgem duas classes distintas em suas origens e em suas determinações. Uma dessas classes foi formada pelos donos do capital e dos meios de produção, a outra, sem as mesmas posses, foi destinada ao oferecimento de mão de obra por meio da venda de seu tempo de trabalho. Estavam aí, sendo constituídos, a burguesia e o proletariado.

O capitalismo surge no século XII, na Europa, e transforma radicalmente o modo de relacionamento entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas. As coisas são rapidamente supervalorizadas, superando, em importância social, às pessoas, enquanto, em um movimento inverso, as pessoas são coisificadas, valoradas de acordo com a quantidade de bens que são capazes de adquirir e acumular (Comparato, 2011, p. 255).

Comparato (Idem) afirma que as civilizações anteriores não pensavam no acúmulo de bens como uma atividade fim, tendo em vista que, antes do advento do capitalismo, os bens não eram conquistados pelo trabalho, tendo sua posse uma relação direta com a posição aristocrática da família a qual se pertencia.

Com a consolidação e a radicalização do capitalismo como sistema hegemônico em nossa sociedade, a força de trabalho foi, progressivamente, perdendo a valia. Podemos considerar que houve uma inversão de valores, na

sociedade feudal, as pessoas tinham posses de acordo com seu status social, na sociedade capitalista essa relação se transformou, a pessoa ganha status social de acordo com a quantidade de bens que consegue acumular.

Os indivíduos privados da posse dos meios de produção, vendem sua força de trabalho. O grande abismo se constrói quando a força de trabalho, que é valorada pela burguesia, se torna cada vez mais depreciada.

Do surto do capitalismo até os dias atuais, as relações interclasses se deram por meio de crises mais ou menos acentuadas, nas quais avanços e retrocessos se alternaram na busca da superação ou da manutenção das desigualdades criadas e mantidas entre a supervvalorização dos meios de produção e seus detentores e aqueles que vendiam sua força de trabalho.

Por essa sinuosa estrada, que apresenta diversas curvas manilhas, se fez o caminho que trouxe a sociedade a essa grande crise do capitalismo, que expressa, a cada momento, a insustentabilidade desse sistema.

Nas últimas décadas, as desigualdades foram radicalizadas e grifadas mediante a superacumulação das riquezas pelos detentores dos meios de produção e pela espoliação da força de trabalho.

Essa condição social não permite, por si e sem as artimanhas da classe dominante, um convívio acomodado interclasses, e da percepção dessa incômoda situação pela burguesia, são engendrados, por esta, meios que possam elaborar consensos ideológicos capazes de pacificar as tensões originadas das desigualdades extremas impostas pelo sistema capitalista.

Uma das materializações desse intento foi especificamente direcionada com o viés de orientar a área educacional, sendo denominada por Santos, em seu livro *Pedagogia do Mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*, como *Pedagogia do Mercado*. A elaboração do conceito de *Pedagogia do Mercado* surge como crítica contundente e reveladora da realidade educacional brasileira, com a perspectiva de rompimento e de superação dessa realidade, cruelmente, posta aos atores da área educacional. Nos apoiaremos nessa visão crítica da educação atual para orientar nossas reflexões acerca dos desafios imposto à formação do educador ambiental.

A *Pedagogia do Mercado* surge da percepção dos detentores dos meios de produção de que oferecer nada (nenhum direito, nenhuma recompensa, nenhuma formação acadêmica) à classe proletária, traria como resultado as insatisfações individuais e coletivas com possibilidade de dar bases e sustentação às revoltas mais ou menos violentas.

Poderíamos supor, ingenuamente, que a burguesia “ofertaria” ao proletariado direitos (mesmo que irrisórios) com somente a intenção de que essa parcela (superior em número de sujeitos, mas extremamente inferior em direitos) obtivesse algum nível de bem-estar, todavia Santos, no livro supracitado, aponta que outras motivações moveram os detentores dos meios de produção:

- As revoltas que desacomodam a sociedade têm como efeito colateral a diminuição da dinâmica do mercado, o que pode acarretar menor acumulação de riqueza;

- A inexistência de direitos causaria a diminuição da oferta de força de trabalho, seja essa diminuição causada por falta de saúde mínima ou por falta de formação básica.

A problemática da formação acadêmica apresentou à classe opressora o seguinte paradoxo: se a nulidade da formação acadêmica limita as condições dos sujeitos para a exploração de sua força de trabalho, por outro lado a formação acadêmica não cerceada o despertaria para a consciência de classe e das desigualdades suscitadas pela superacumulação de riquezas.

No sentido de elaborar uma solução para o paradoxo citado anteriormente, a classe dominante fomenta a criação de uma pedagogia com características que permitem à Santos denominá-la de Pedagogia do Mercado, pois que mercantiliza a área educacional, não somente oferecendo inúmeros incentivos à parcela privada dessa área, como impondo um gerencialismo estrutural à rede pública.

Os incentivos à rede privada não deixam de ser uma retroalimentação, tendo em vista que os proprietários das escolas não são outros se não os mesmos sujeitos componentes da classe dominante. Então, nesse âmbito, não existem, e nem poderiam existir, tensões ideológicas e de direitos permeando o cotidiano dessas escolas.

Por outro lado, as escolas públicas, com grandes (e ousamos afirmar infundáveis) possibilidades de desvelamento da realidade impregnada com desigualdades estruturais, é capaz de fomentar a luta por igualdade de direitos e condições, essas sim, tendo em vista os interesses da classe opressora, deveriam ser cerceadas, por meio de um gerencialismo mercadológico e uma supervalorização da técnica em detrimento de todas as outras áreas do conhecimento. Há algum avanço, quando percebemos nos documentos orientadores a possibilidade da inserção da Educação Ambiental nas escolas, conforme nos aponta Souza, Sobreira e de Luca (2024, p.363):

Para a realização de uma EA escolar, o tema está presente na BNCC e sugerido entre os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Os TCTs são importantes ferramentas na contextualização do ensino, pois promovem a aproximação dos conteúdos ensinados na escola com situações cotidianas de uma sociedade, qualificando o ensino e promovendo a humanização, conforme proposto na BNCC.

Concordamos com os autores quanto a possibilidade, exposta no citado documento, de que a Educação Ambiental, classificada como um Tema Contemporâneo Transversal, adquira proximidade com o contexto de vida do formando, em uma perspectiva de provocar questionamentos acerca do modo de vida estabelecido. Entretanto, apesar desses avanços, o grande desafio é que a Educação Ambiental aconteça nas escolas de maneira a formar cidadãos capazes de construir, com autonomia, uma crítica ao modo de vida capitalista que aprova o desequilíbrio ambiental em prol do crescimento econômico.

Nesse viés, nas escolas direcionadas pela Pedagogia do Mercado, para suprir às necessidades da classe opressora, a formação destinada aos futuros trabalhadores deve ser limitada à técnica e para que isso seja possível, aos docentes deve ser delimitado um papel de transmissor dessas técnicas, um repetidor de conteúdos, e não de quaisquer conteúdos, para essa pedagogia o que vai importar são, e apenas são, os conteúdos que embasam as técnicas.

Outra função esperada dos docentes pela Pedagogia do Mercado é a de classificador, os docentes devem avaliar os discentes, valorizando os melhores desempenhos dos que estiverem sob sua tutela, estabelecendo entre eles uma classificação pseudo meritocrática.

Dos discentes, as escolas direcionadas por essa pedagogia, exigem a memorização dos conteúdos transmitidos pelos docentes, obediência à autoridade docente e administrativa da escola e pouco ou nenhum questionamento acerca dos conteúdos e do sistema educacional.

A classe dominante tem como seu objetivo fim, para a área educacional, a mercantilização estrutural, entendida como aquela presente em todas as etapas do fazer da escola. A supervalorização da produtividade e da técnica é entranhada desde a gestão das escolas, orientando a atuação docente e alcançando os métodos avaliativos.

Essa estrutura induz a formação de um sujeito limitado em sua atuação social, determinado a fazer parte das engrenagens produtivas e sem condição alguma de vislumbrar as desigualdades socioambientais e menos ainda de pensar e suscitar na coletividade o desejo da busca pela superação dessas desigualdades.

Analizando as colocações anteriores, podemos afirmar que a formação oferecida pela escola orientada pela Pedagogia do Mercado insere na sociedade sujeitos automatizados, condicionados, hipercompetitivos com seus pares e super acomodados com as determinações do sistema.

No entanto, como afirmamos em nossa introdução, trabalhamos no viés das possibilidades de superação desse estado de coisas, construído historicamente por escolhas sociais, e que pode ser confrontado e transformado por opção e força de movimentos coletivos estruturados a partir da resistência daqueles que se opõe ao sistema, alicerçados na busca pela justiça e pela equidade socioambiental.

Educação Ambiental Crítica: o caminho

A Educação Ambiental, no Brasil, surge no interior nos movimentos ecológicos, parte dos movimentos contraculturais surgidos nas décadas de 1960 e 1970 em diversas partes do mundo. Os movimentos contraculturais se organizavam em torno de pautas reivindicatórias de uma sociedade mais saudável, equilibrada, justa e harmoniosa (Pimentel, 2009, p. 23).

Entretanto, esse surgimento no Brasil se deu em um campo social marcado pelo autoritarismo ditatorial que se iniciou com o golpe de 1964, perdurando até a década de 1980, quando se iniciou a abertura política.

Nesse sentido, cabe apontar para que em seu surgimento, a Educação Ambiental foi orientada pelo viés do conservadorismo, se limitando aos aspectos tecnicistas e desenvolvimentista, com objetivos restritos ao uso adequado dos chamados recursos naturais, à preservação e à conservação ambiental.

Cabe apontar ainda, que a Educação Ambiental é inicialmente abrigada dentro das instituições de meio ambiente e não nas ligadas à área da educação, facilitando, desta forma, o emprego restrito do viés tecnicista, desenvolvimentista e conservacionista que ela apresentou durante considerável tempo e que ainda encontramos atualmente.

Com a abertura política, surge a possibilidade, antes cerceada pelo regime militar, da elevação da crítica em diversos campos, entre os quais encontraremos a Educação Ambiental, cujos autores (entre esses citamos Loureiro, Carvalho e Guimarães) constroem um lócus de crítica à sociedade capitalista, que entende a natureza como recurso a ser utilizado como matéria prima para produção de bens de consumo.

À Educação Ambiental Crítica importa a formação do sujeito ecológico (Carvalho, 2001, p.74). O sujeito ecológico se apresenta como o sujeito ideal capaz de transformar as relações dos seres humanos entre si e com os outros componentes do meio ambiente, que acontecem, atualmente, em uma perspectiva de exploração tamanha que deu origem à insustentabilidade da vida humana no planeta.

A transformação a que se pretende com a formação do sujeito ecológico não se restringe aos campos das técnicas, da instrumentalização e da informação. É uma transformação ampla de compreensão acerca das relações mútuas e interdependentes entre tudo e todos que compõem o meio ambiente.

Formação tal, que expulsa o sujeito do automatismo acomodado infligido pelas orientações do sistema social em que estamos inseridos, segundo Guimarães (2000, p. 25):

Para esse modelo societal, o meio ambiente e o ser humano são concebidos de modo dicotômico. Historicamente, o ser humano inserido nesse modelo societário, sente-se separado, não integrado ao ambiente natural. Percebe-se este ambiente como suporte para o seu desenvolvimento a partir de uma visão servil, utilitarista e consumista, de dominação totalitária da natureza, potencializando uma desnaturalização da humanidade. Rompe assim as relações de equilíbrio entre seres humanos em sociedade e o meio ambiente. Esse distanciamento entre seres humanos e natureza produz a degradação de ambos.

A submersão nesse modelo de sociedade pode nos prender em uma “armadilha paradigmática” (Guimarães, 2004, p. 123). Armadilha paradigmática é um termo cunhado por Mauro Guimarães, que representa um limite imposto pelo sistema social vigente, em seu paradigma disjuntivo, ao pensar e ao fazer ambientais, em que estes reproduzem inconscientemente a lógica disjunta e dicotomizante da sociedade moderna que limita o alcance e a penetração das tentativas de superação.

Nesse sentido, em alternativa para a formação do sujeito ecológico liberto da armadilha paradigmática, propomos a construção de uma práxis apoiada na criticidade, para um processo formativo complexo, acolhedor, não linear, capaz de embasar a construção de um modo de ser e estar no mundo re-naturalizado, articulador e cuidadoso.

Desafios da formação do Educador Ambiental Crítico frente à Pedagogia do Mercado

Os desafios colocados pela Pedagogia do Mercado à formação do educador ambiental crítico são os por nós denominados de simuladores do sistema⁴.

Uma dessas simulações do sistema diz respeito ao que chamamos de a *técnica redentora*, pois ela é colocada, dentro da Pedagogia do Mercado, como uma entidade, quase que divinal, que sempre estará apta a salvar a humanidade dos perigos que ela mesma criou. É uma simulação, tendo em vista que sozinha não será capaz de solucionar os problemas socioambientais acarretados, em parte, pelo seu próprio mau uso.

⁴ Simuladores do sistema é um conceito por nós elaborado que se refere às simulações inseridas no cotidiano escolar e vivenciadas pelos sujeitos desses espaços. Essas simulações visam manter o sistema social como está, mantendo as desigualdades socioambientais. São simulações, tendo em vista que o sistema convence que a realidade é assim, sendo que ela não é assim, ela está assim devido às escolhas realizadas pela parcela dominante/opressora dessa sociedade, para se manter nessa posição dominante. As simulações do sistema tendem a manter uma sociedade doente e desequilibrada, pois conforma à participação passiva dentro de uma sociedade que necessita urgentemente de transformações, transformações estas que somente irão acontecer por meio sujeitos ativos, autônomos e corajosos o bastante para desobedecer ao sistema.

Destarte não se promove a reflexão acerca da técnica como uma construção sociocultural, que nem sempre dominou a sociedade, pois nem sempre existiu, foi elaborada e desenvolvida paulatinamente. Também não se reflete acerca da orientação da técnica, pois se é construída, precisamos pensar em quem são seus construtores, e com que objetivo eles a constroem, a serviço de quem?

Se dentro das escolas se constrói esse pensamento, alicerçado durante anos, quando formados, a sociedade se acresce de um sujeito acostumado ao protagonismo da técnica, à valorização do objeto e do método. Esse sujeito também estará adaptado a objetização do ser humano, pois este ser será entendido como mais uma peça na engrenagem produtiva dirigida pela técnica.

Essa simulação do sistema obstaculiza a formação do educador ambiental crítico, tendo em vista que dificulta a percepção da relevância de outros aspectos para a sustentabilidade socioambiental planetária, tais como os saberes populares, o conhecimento dos povos originários e das comunidades tradicionais.

A segunda simulação do sistema que traremos a esse texto, podemos denominar de a *obediência promotora*. Na escola, orientada pela Pedagogia do Mercado, é inculcado nos discentes que os que obedecem mais docilmente ao sistema imposto são promovidos mais rápido e mais facilmente.

Essa obediência é solicitada a todo momento e para diversas ocasiões. É preciso obedecer ao horário estabelecido, à divisão das disciplinas, à autoridade do professor e da gestão escolar, às formas, mesmo que excludentes, de ensino e avaliação da aprendizagem.

Desta forma, os discentes mais obedientes são exaltados e mesmo aqueles que, de alguma maneira se encorajam a transgredir a ordem desse sistema, são exemplos, pois esses não conseguem um lugar de acolhimento dentro da comunidade escolar.

Essa simulação se reflete na parcela oprimida e empobrecida da sociedade que imprimi a obediência e a passividade, se conformando com situações de injustiça e desigualdade social, e, por vezes escolhendo e seguindo o opressor.

É uma simulação, visto que, em uma sociedade desigual a obediência não transforma a situação do oprimido, pelo contrário, o mantém obedientemente nessa parcela da sociedade. Para se romper o abismo social existente entre opressores e oprimidos, os últimos necessitam transgredir o sistema por meio de uma corajosa desobediência.

A desobediência ao sistema também é demandada quando falamos do educador socioambiental. Para a formação do educador ambiental crítico, a obediência cega é um grande desafio, pois que precisamos de sujeitos capazes de desafiar o sistema social tecno capitalista e para isso é preciso desobedecer a ordem estabelecida em diversos níveis e setores sociais.

A *compartimentalização obrigatória* é a simulação do sistema que forma o pensamento disjuntivo⁵ (Morin, 2005, p. 7). A partir dessa simulação o pensamento discente é formatado para entender o mundo de forma compartmentalizada.

É uma simulação, levando em consideração que nenhum ser, componente do meio ambiente, se encontra nulo de relações interdependentes. A separação a que nos obriga o sistema moderno capitalista é eminentemente artificial, somos seres de relações.

Uma das mais temerárias consequências dessa compartmentalização, é a separação entre o ser humano e os outros seres da natureza. Por ser entender racional, o ser humano simula a sua separação da natureza, esquecendo-se que além da razão, também possui e é dirigido, por instintos e emoções. Entretanto, busca, convencido pela ciência moderna, suprimir suas várias facetas para simplificar e se autodefinir como um ser racional

As escolas orientadas pela Pedagogia do Mercado utilizam a metodologia hiperdisciplinarizada, sem construir pontes entre as disciplinas. Desta forma o seu educando não é formado entendendo a importância das partes e do todo e aceita com maior facilidade uma sociedade que também é disjunta.

Na escola hiperdisciplinarizada ainda há uma hierarquização dos saberes, sendo os saberes que dependem, prioritariamente, da memória os mais valorizados, familiarizando, desta forma, o discente com a hipervalorização da racionalidade em detrimento de outros aspectos do ser humano.

Os educandos não percebem que não é natural a separação entre mente e corpo, pensamento e emoção, ser humano e natureza, entre outras separações advindas da construção do pensamento disjuntivo. A disjunção dos saberes constrói um pensamento e sentimento de separação. Essa simulação é uma das mais desafiadoras para a formação do educador ambiental crítico, tendo em vista que é imprescindível para ele perceber a vida como uma grande teia na qual os seres são interdependentes.

Outra perigosa simulação do sistema diz respeito a internalização do gerenciamento da vida, essa pedagogia conforma o aprendente ao lugar de cada um (deveres, direitos), aos horários impostos, à passividade diante do professor e do conteúdo a ser aprendido. Essa simulação conforma o sujeito à perda da autonomia de seu próprio tempo, ele se habitua à venda de seu tempo, sem perceber que a venda de seu tempo é a sua perda de vida e assim ele acolhe o automatismo da rotina imposta

⁵ O pensamento disjuntivo, para Morin, é aquele formado submerso no paradigma disjuntivo, esse paradigma embasa a ciência moderna e se expande para a sociedade, transferindo para essa algumas características daquela, tais como: reducionismo, fragmentação, hiper-racionalização. Essas características obstaculizam a compreensão da complexidade existente em nosso mundo, em especial nas relações que o compõe.

Entendendo que o que se dá na escola é uma formação para a vida, uma das mais perigosas inculcações realizadas pela Pedagogia do Mercado é a certeza de que a reprodução das relações existentes no interior da escola adequa-se, indubitavelmente, às relações sociais amplas.

A automação externa e interna ao indivíduo que a pedagogia do mercado impõe: ver – memorizar – avaliar – rememorar – reavaliar, submerso no entendimento de que esse seria o caminho para o sucesso, restringe drasticamente a participatividade autônoma e transformadora do sujeito na sociedade.

Arriscamos aventar que a passividade, a acomodação do sujeito a uma sociedade cruelmente desigual seja o resultado, em parte, desse conjunto de simulações do sistema que acabamos de apontar.

O mundo que desejamos não imporia essa pedagogia à escola alguma. Enquanto a sociedade for covardemente desigual no que respeita a condição de vida dos sujeitos, a escola que queremos e precisamos, deve desvendar a realidade ao aprendente, o formando para um papel transformador dessa realidade na busca pela superação das desigualdades.

Entretanto, a maioria das escolas acessíveis a maior parte da sociedade são orientadas por essa pedagogia, então, qual deve ser a nossa posição diante disso? A resposta que nos vem de imediato é: lutar pela transformação dessas escolas. No entanto esse será (será, pois acreditamos possível) um processo demorado. Não prejudicando essa busca, precisamos de alternativas para libertar o sujeito formado envolto na Pedagogia do Mercado da alienação de seu papel no mundo.

Nesse sentido, a formação do educador ambiental crítico, deve considerar a real alienação do sujeito, e desvendá-lo para que ele possa ver e compreender a sociedade em sua estrutura sistêmica, mas não hermética, para que ele perceba, primeiramente, que essa estrutura pode e deve ser modificada, se entendendo, posteriormente, como agente transformador da realidadeposta.

A ComVivência Pedagógica e a superação das *simulações do sistema*

Na perspectiva de superação das simulações do sistema apresentadas anteriormente, apresentamos a proposta formativa para educadores ambientais denominada ComVivência Pedagógica, que está sendo elaborada e desenvolvida desde 2014, por membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS), ativo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) desde o ano de 2003.

A ComVivência Pedagógica oferece uma experiência vivencial radical provocada pelos cinco princípios formativos, que desloca o formando de seu cotidiano, o desacomodando do automatismo de sua rotina, apresentando

modos de estar e ser no mundo ultra diversos daqueles reconhecidos e considerados por ele.

Essa proposta formativa tem sua complexidade assentada na convivência em comunidades que se mantêm libertas de muitos dos grilhões impostos pela sociedade moderna. Essa convivência pode se dar junto aos indígenas, aos caiçaras, em comunidades alternativas, entre tantos grupos que podem nos (re) ensinar a viver sem as torturas do automatismo.

A experiência vivencial radical oferecida pela ComVivência Pedagógica nos separa dos instrumentos de controle tais como: relógios e aparelhos eletrônicos, nos retornando, em um choque vivencial, ao natural esquecido por muitos de nós mergulhados no paradigma moderno.

Podemos afirmar que é uma proposta ousada e que enfrenta e desconstrói os simuladores do sistema apresentados no item anterior, por meio de seus princípios formativos.

Com o enfoque de explicitar como a proposta formativa ComVivência Pedagógica desconstrói os simuladores do sistema, vamos fazer apontamentos específicos acerca de cada um deles em uma dinâmica de confrontamento, iniciando com o simulador do sistema que denominamos de *técnica redentora*.

Para desconstruir esse simulador do sistema, vamos recorrer ao princípio formativo denominado “Reflexão Crítica”. Reflexão é um pensamento profundo, que remete à busca de entendimento complexo do “objeto” a ser compreendido. Esse princípio insta o ser em formação à saída do labirinto dos pensamentos superficiais, simplistas e reducionistas, no qual a sociedade moderna pretende nos fazer perdidos.

Esse labirinto é composto por uma enorme quantidade de informação que nos chegam. A quantidade e a velocidade em que essas informações nos “atacam” não permitem a reflexão acerca delas. Por nossa vez, nos acostumamos à irreflexão, pois se nos detivermos a uma informação para refletir de maneira complexa acerca dela, quantas outras informações serão lançadas sobre nós sem que sequer tenhamos percebido? A sociedade impõe um ser informado e não formado, para ela basta um ser superficialmente informado.

Para que a técnica seja entendida como redentora, o pensamento acerca dela deve carecer de complexidade, tendo em vista que, a reboque de seus benefícios para a sociedade, ela carrega consequências negativas e de difícil superação. Não pela técnica em si, mas pelo seu uso exclusivamente direcionado pelo mercado.

O princípio formativo denominado “reflexão crítica” nos resgata desse torpor, nos provocando a concentrar o pensamento, em esforço consciente, que permita o vislumbre das várias camadas do “objeto” refletido. Sendo esse “objeto” a técnica, ao final desse esforço consciente, vamos ter elaborado um pensamento que a entenderá como uma construção social, que se utilizada para a melhoria da sociedade em serviço de todos, não terá como

Revbea, São Paulo, V. 20, N° 1: 206-224, 2025.

consequência o desequilíbrio socioambiental e que por ser uma construção pode ser desconstruída e reconstruída quantas vezes forem necessárias ao encontro da sustentabilidade da vida no planeta.

A *obediência promotora* é outra perigosa simulação do sistema que será desconstruída pelos princípios formativos da ComVivência Pedagógica. Para dialogar com ele iremos lançar mão do princípio formativo denominado “indignação ética”.

A *obediência promotora* pode ser considerada perigosa para o educador ambiental em formação, considerando que para se importar com as questões ambientais da atualidade e, a partir de então, imprimir esforços e se envolver na busca por soluções possíveis, o ser em formação necessita ter a coragem da desobediência aos comandos da parcela dominante da sociedade.

A indignação é a base dessa desobediência e, a partir dela, surgem a não aceitação e a inquietação. Quando fazemos a junção das palavras indignação e ética, nós adjetivamos de uma forma a afastar essa indignação da violência e da barbárie. Não há sequer um indício de violência quando provocamos, no educador ambiental em formação, a indignação ética, há apenas um despertar, ou um redespertar, de sua capacidade de se incomodar e desacomodar diante de uma realidade opressora, compreendendo o mundo de modo edificante, emancipatório e multicultural.

Acreditamos que, provocados pela “indignação ética”, o educador ambiental em formação irá vivificar sua capacidade de desobedecer ao estabelecido, quando o estabelecido for injusto e cruel.

Vamos nos ater, nesse momento, à simulação do sistema que denominamos *compartimentalização obrigatória*, uma simulação com raízes na ciência moderna que afirma a necessidade de dividir o conhecimento em partes para que ele possa ser compreendido, criando lacunas intransponíveis entre essas partes. Essa necessidade foi transferida para as disciplinas das escolas e é acolhida sem restrições pela Pedagogia do Mercado que por sua vez, por meio da formação de seus educandos, transfere, com sucesso, essa compartimentalização para a sociedade.

Para desconstruir essa simulação, recorreremos ao princípio formativo denominado “Postura Conectiva”. Nós somos, naturalmente, seres de conexões, pois nas conexões que nos é possível uma relação essencial para o ser humano que é a relação do cuidado. Assim como afirmou, com muita propriedade, Leonardo Boff “No cuidado se encontra o ethos fundamental do ser humano (Boff, 1999, p. 11).

Conjeturamos que provocados pelo princípio da “Postura Conectiva” os educadores ambientais em formação, se (re) conectarão consigo e com os seres da teia de vida por meio de atividades vivencias radicais de contato calmo e profundo com suas facetas desmerecidas pela sociedade moderna, ou seja, as ligadas intimamente com a sua emoção. Entendemos que o acolhimento e valorização do ser emocional que somos, nos impulsionará

diretamente à conexão conosco e com o todo, nos levando a perceber que sempre estivemos conectados à teia da vida, apesar de a conexão estar, por um período mais ou menos longo, desligada.

Consideramos que essa percepção arrebatadora terá potência para fazer com que essa reconexão transforme as relações do ser em formação que ficará atento para que a simulação *compartimentalização obrigatória* não mais o mantenha doentamente desconectado.

A última simulação do sistema que vamos desconstruir por meio dos princípios formativos que orientam a ComVivência Pedagógica será a simulação denominada *gerenciamento da vida*, essa é a simulação que conforma o ser à passividade diante do controle externo de seu tempo/vida, obedecendo às rotinas impostas pelo mercado.

Muitas das vezes esse controle, quase que absoluto, não é percebido, ele é “naturalizado”, como se o padrão para que haja acolhimento dentro da sociedade moderna fosse a aceitação desse controle, entretanto esse controle não é, de nenhuma forma, natural, ele nos adoece na medida em que nos faz comportar como máquinas.

Para desconstruir essa simulação, chamaremos o princípio formativo denominado “Desestabilização Criativa”. Por que é necessário desestabilizar? Porque a estabilização que existe é aquela oferecida pelo sistema da sociedade moderna, é uma estabilização que mecaniza por meio de uma rotina artificial controlada por instrumentos tecnológicos como relógios e celulares, entre outros. Desestabilizar, nesse contexto, é perceber que esses são instrumentos que estão sendo utilizados para o controle do tempo/vida.

Para desestabilizar é necessário à súbita separação entre o ser em formação e esses instrumentos de controle. Sem esses instrumentos a rotina passa a ser natural, retornamos, paulatinamente, aos ciclos da natureza. Percebemos que é possível viver em um ciclo saudável, sem permitir que os instrumentos de controle dirijam nossas vidas.

Percebemos, por outro lado, que é possível produzir/construir sem o controle dos instrumentos. Passamos a elaborar nossa rotina produtiva de acordo com ciclos naturais. Constatamos que podemos realizar atividades sem depender de um “bip”.

Quando adjetivamos a desestabilização, a conceituando de “Desestabilização Criativa”, o fazemos, pois é imprescindível que haja efervescência criativa para que abandonemos a rotina mecanizada do sistema da sociedade moderna e elaboremos uma vida fecunda, sem “bips”.

As simulações do sistema, engenhosamente, implantadas nas escolas orientadas pela Pedagogia do Mercado e de lá transferidas para a sociedade, não serão desconstruídas de maneira impensada ou espontânea, é necessária a “Intencionalidade Transformadora”, outro princípio formativo da ComVivência Pedagógica, que provoca a vontade de mudar o que é percebido como promotor da insustentabilidade socioambiental, ou seja, tudo que embasa o

sistema da sociedade moderna capitalista e produtivista que pretende conformar os seres como peças de sua engrenagem.

Como refletido acima, os princípios formativos que orientam a ComVivência Pedagógica, são instrumentos capazes de auxiliar substancialmente na desconstrução das simulações do sistema aqui apontadas, fomentando transformações individuais e coletivas com potencial para (re) construir as relações entre os seres humanos e os outros seres de vida que atualmente se encontram desarmoniosas.

Finalmente consideramos...

Iniciamos nossas considerações finais enfatizando que necessitamos de vivências significativas para podermos elaborar em nós a certeza da necessidade de transformação do modo de vida imposto pelo sistema moderno/capitalista/produtivista. A torrente de informações que os vários tipos de mídias nos entregam, muitas vezes, sequestram nossas possibilidades de vivências reais.

Se for permitido, o mundo virtual nos informa, nos forma, conforma e nos “rouba” as oportunidades de experiências. Já em 1999, Leonardo Boff, com muita propriedade nos alertava:

A relação com a realidade concreta, com seus cheiros, cores, frios, calores, pesos, resistências e contradições é mediada pela imagem virtual que é somente imagem. O pé não sente mais o macio da grama verde. A mão não pega mais um punhado de terra escura. O mundo virtual criou um novo habitat para o ser humano, caracterizado pelo encapsulamento sobre si mesmo e pela falta do toque, do tato e do contato humano (Boff, 1999, p. 11).

O encapsulamento sobre si mesmo para o qual Boff nos chama atenção é o adubo para uma das características mais marcantes da “modernidade líquida”⁶ (Baumann, 2001, p. 198), que é o individualismo exacerbado. Esse individualismo é construído e mantido, em parte, pela rotina mecanizada já mencionada nesse texto, tendo em vista que essa rotina, entre as obrigações produtivas e a torrente de informações midiáticas, nenhum, ou quase nenhum tempo nos deixa para as vivências significativas individuais ou coletivas.

Concordamos com Maristela Rosso Walker e Neides Regina Sehn Hilgert quando afirmam que:

⁶ Modernidade Líquida foi apresentada por Baumann, segundo esse autor ainda estamos vivenciando o paradigma moderno, entretanto com outras características, sendo uma das mais impactantes a flexibilidade que substitui a rigidez da modernidade sólida. Essa característica torna os seres mais adaptáveis e ao mesmo tempo mais isolados e individualistas.

A sociedade capitalista desenvolveu uma ordem social, percebida por contradições existentes, e é pertinente o repensar sobre a ética da apropriação humana a respeito dos desequilíbrios ambientais, sociais e econômicos causados pela exploração desenfreada dos recursos naturais, comprometendo todo tipo de vida do planeta (Walker; Hilgert, 2024, p. 16).

Esse “repensar” é urgente. Um repensar que provoque ações que visem transformações. Salientamos que as transformações necessárias à sociedade não são virtuais, são reais e necessitam de ações reais para que aconteçam. Já está nítido que somente as informações acerca da crise socioambiental, não estão sendo suficientes para propulsionar essas transformações, e ponderamos que a falta de experiências/vivências pode ser considerada como um dos motivos causadores da inércia frente ao perigo eminente da insustentabilidade da vida planetária. Jorge Larrosa Bondía (2002), com muita pertinência nos diz que:

A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência. O sujeito da informação sabe muitas coisas, passa seu tempo buscando informação, o que mais o preocupa é não ter bastante informação; cada vez sabe mais, cada vez está melhor informado, porém, com essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no sentido de “sabedoria”, mas no sentido de “estar informado”), o que consegue é que nada lhe aconteça (Bondía, 2002, p. 21).

É nesse cenário, que Bondía explicita muito bem, que nos encontramos. E todas as simulações do sistema apontadas anteriormente também incorrem para que não tenhamos experiências/vivências significativas, pois todas nos conformam como seres passivos diante da realidade social. A “reflexão crítica” sobre esse cenário nos faz perceber claramente a premência de se oportunizar vivências significativas que fomentem a vontade de transformação.

Experiências da proposta formativa ComVivência Pedagógica já foram realizadas, até esse momento, junto ao povo Kraho, no Estado de Tocantins, ao povo Guarani Mbya e no sítio Bem Viver no Estado do Rio de Janeiro, no percurso do Caminho de Santiago em Portugal e Espanha. Espaços estes que permitiram a comunhão dos participantes com grupos que se mantêm libertos das grades invisíveis do modo de vida moderno, o que, em conjunto com a provocação feita por meio dos princípios formativos da proposta, desperta no

educador ambiental em formação a assimilação da possibilidade de um outro modo de vida.

Frente a essa reflexão, podemos afirmar a eficácia da proposta formativa para educadores ambientais denominada ComVivência Pedagógica para romper a passividade dos sujeitos formados em escolas orientadas pela Pedagogia do Mercado e que passam a compor a sociedade com uma aceitação “cega” para seu desequilíbrio socioambiental, pois que oportuniza uma vivência significativa radical aos formandos, rompendo com o ciclo de “antiexperiência” para o qual induz a sociedade moderna.

A experiência significativa que nos oferece a ComVivência Pedagógica nos liberta, radicalmente, dos grilhões impostos pela sociedade moderna capitalista, nos desvendando a possibilidade de uma nova maneira de ser e estar no mundo, maneira essa acolhedora das diversas relações que existem entre os seres da vida e alinhavada pelo respeito à outridade e seus ciclos.

Agradecimentos

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, instituição que abriga o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade.

Referência Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, p. 20 -28, 2002.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder: **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, p. 251–276, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.
- GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papirus, 2000.
- LEHER Roberto. 25 Anos de Educação Pública. In Guimarães, Cátia (Org.), **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação política no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PIMENTEL, Samara dos Santos. **Sustentabilidade Ambiental e Formação Profissional do Técnico Em Agropecuária: Analisando Novos Caminhos em Busca da Ambientalização dos Cursos**, 2009. 106 f. Dissertação Mestrado em Ciências. Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

SANTOS, Aparecida Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. Rio de Janeiro, Ed. Ibis Libris, 2012.

SOUZA, Gabriela Cristina de; SOBREIRA, Fabrício Moreira e DE LUCA, Anelise Grunfeld. Concepção de Educação Ambiental dos Professores do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 3, pp.353-368, 2024.

WALKER, Maristela Rosso e HILGERT, Neides Regina Sehn. Educação Ambiental (EA) e a Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 5, pp.15-35, 2024.